COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI Nº 5.476, DE 2001

(apensos os PL's nº 5.559, de 2001; 6.064, de 2002; 6.774, de 2002; 7.113, de 2002; 363, de 2003; 2.691, de 2003; 2.743, de 2003 e 2.973, de 2004)

Modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando que a estrutura tarifária dos serviços de telefonia fixa comutada, prestados em regime público, seja formada apenas pela remuneração das ligações efetuadas.

Autor: Deputado MARCELO TEIXEIRA

Relator: Deputado LUIZ BITTENCOURT

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, apresentado pelo nobre Deputado Marcelo Teixeira, estabelece que a tarifa cobrada ao assinante do serviço de telefonia fixa seja composta apenas pelos pulsos e minutos efetivamente utilizados.

Para tal finalidade, propõe acréscimo de parágrafo no art. 103 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que “dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995”.

Na justificação apresentada, o Autor destaca que as elevadas tarifas cobradas pelas empresas telefônicas vêm dificultando o acesso do consumidor de baixa renda. Alerta que esta situação tende a se agravar, se for posta em prática a pretensão da ANATEL de implementar a tarifa fixa para a telefonia fixa comutada, já adotada pelas “empresas-espelho”.

Ao projeto em apreciação foram apensadas cinco proposições sobre idêntica matéria, com pequenas variações de redação de textos e de ementas, estas a seguir reproduzidas.

O Projeto de Lei nº 5.559, de 2001, apresentado pelo Deputado Luiz Sérgio, redefine os critérios para estabelecimento de tarifas dos serviços de telefonia fixa comutada, prestados em regime público.

O Projeto de Lei nº 6.064, de 2002, de autoria do Deputado Almeida de Jesus, veda a cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo ou móvel.

O Projeto de Lei nº 6.774, de 2002, da Comissão de Legislação Participativa, dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa de assinatura em conta telefônica.

O Projeto de Lei nº 7.113, de 2002, do Deputado Inácio Arruda, veda a cobrança de tarifas de consumo mínimas ou de assinatura básica pelas empresas públicas ou concessionárias de serviços de telefonia.

O Projeto de Lei nº 363, de 2003, apresentado pelo Deputado Givaldo Carimbão, proíbe a cobrança de assinatura e de consumo mínimo nos serviços de telecomunicações.

O Projeto de Lei nº 2.691, de 2003, veda a cobrança de assinatura básica tanto em serviços de telefonia fixa comutada em serviço móvel celular e móvel pessoal, facultada apenas a cobrança de pulsos ou minutos efetivamente utilizados pelo usuário.

O Projeto de Lei nº 2.743, de 2003, de autoria do Deputado Colombo, que visa alterar o art. 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "Dispõe sobre o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências". O intuito principal é vedar a cobrança antecipada de tarifas ou a cobrança destas quando não vinculadas à efetiva prestação do serviço público.

Além disso, procura ressaltar a adoção de mecanismos compensatórios que promovam a redistribuição de renda, em benefício dos usuários de baixo nível de consumo. Note-se que esta última proposição não versa exclusivamente sobre tarifas de serviços de telefonia fixa comutada ou serviços móveis celular ou pessoal, como no caso dos demais apensados, mas estabelece regra geral a ser observada na fixação de tarifas de quais serviços públicos em regime de concessão.

Por fim, o Projeto de Lei nº 2.973, de 2004, do Deputado Carlos Nader, determinando a redução de cinquenta por cento no valor da assinatura básica do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

Nos termos regimentais (arts. 24, II de 32, IV, a e b), competenos manifestar sobre o mérito da proposição. Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas aos projetos.

II – VOTO DO RELATOR

Consideramos altamente meritórias as iniciativas do ilustre Deputado Marcelo Teixeira e dos nobres Autores dos projetos apensados. Realmente, as elevadíssimas tarifas dos serviços de telefonia têm impedido o acesso a eles pelas camadas de mais baixa renda, que vêm devolvendo suas linhas às operadoras.

Para o acréscimo exorbitante das tarifas, ocorrido nos últimos anos, a assinatura básica contribuiu significativamente: se não nos falha a memória, o custo da assinatura residencial passou de R\$0,65, em 1995, para acima de R\$30,00 atualmente.

Objetivando aperfeiçoar a proposição em exame, e aproveitando a contribuição de diversos projetos apensados, propomos a inclusão de emenda, enfatizando a proibição da cobrança da assinatura mensal ou de taxa de consumo mínimo.

Pelo acima exposto, opinamos favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.476, de 2001, e dos Projetos de Lei apensados,

a saber, nº 5.559, de 2001; 6.064, de 2002; 6.774, de 2002; 7.113, de 2002; 363, de 2003; e 2.691, de 2003, nos termos do Substituto em anexo.

No que tange ao Projeto de Lei nº 2.743, de 2003, votamos contra, em face de sua abrangência menos específica, alcançando os serviços públicos em regime de concessão de forma geral, e não apenas os serviços de telefonia de que cuidam o projeto principal e os demais apensados.

Finalmente quanto ao Projeto de Lei nº 2.973, de 2004, mesmo reconhecendo o seu mérito, também apresentamos voto contrário pelo simples fato de que o projeto principal é mais abrangente.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado Luiz Bittencourt
Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.476, DE 2001 (apensados os PL's nº 5.559, de 2001; 6.064, de 2002; 6.774, de 2002; 7.113, de 2003; 363, de 2003; e 2.691, de 2003)

Introduz § 5º ao art. 103 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que "dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995", determinando que a estrutura tarifária dos serviços de telefonia fixa comutada, móvel celular e móvel pessoal, prestados em regime público, seja formada apenas pela remuneração das ligações efetuadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que "dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995", determinando que a estrutura tarifária dos serviços de telefonia fixa comutada, móvel celular e móvel pessoal, prestados em regime público, seja formada apenas pela remuneração das ligações efetuadas.

Art. 2º O art. 103 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 103.

§ 5º Nas ligações telefônicas realizadas por meio de serviço de telefonia fixa comutada, serviço móvel celular e serviço móvel pessoal, prestado em regime público, o consumidor pagará apenas os pulsos e minutos efetivamente utilizados, sendo vedada a cobrança de assinatura mensal básica ou de taxa de consumo mínimo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor em 120 (cento e vinte) dias, contados de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado Luiz Bittencourt
Relator